



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU**

ESTADO DE SÃO PAULO

P. 19971/08

## **LEI Nº 5612, DE 21 DE JULHO DE 2008**

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias dos poderes executivo e legislativo municipal, destinados à elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2009, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BAURU, nos termos do artigo 51 da Lei Orgânica do Município de Bauru, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

### **CAPÍTULO I**

Das disposições preliminares

- Art. 1º - De acordo com a Constituição Federal, esta lei fixa diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2009, orienta a elaboração da respectiva lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária, regula o aumento de despesas com pessoal e atende às normas da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.
- Art. 2º - As normas contidas nesta Lei alcançam todos os órgãos da Administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo.
- Art. 3º - As metas da Administração Municipal para o exercício de 2009, estabelecidas por programas e ações no plano plurianual relativo ao período de 2006-2009, complementado por esta lei, estão especificados no Anexo I desta lei, da seguinte forma:
- I. Descrição dos programas municipais;
  - II. Resumo das ações referente aos programas municipais.
- Art. 4º - Atendidas as metas prioritizadas para o exercício de 2009, a lei orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, desde que façam parte do plano plurianual correspondente ao período 2006-2009.

### **CAPÍTULO II**

Das orientações para elaboração da lei orçamentária

- Art. 5º - As metas de resultados fiscais do Município para o exercício de 2009 são as estabelecidas no Anexo II, denominado Anexo de Metas Fiscais, integrantes desta lei, desdobrado em:
- I. Tabela 1 – Metas Anuais;
  - II. Tabela 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
  - III. Tabela 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

REF. LEI 5612/08

- IV. Tabela 4 – Evolução do Patrimônio Líquido;
- V. Tabela 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- VI. Tabela 6 – Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- VII. Tabela 7 – Projeção Atuarial do RPPS;
- VIII. Tabela 8 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- IX. Tabela 9 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Art. 6º - Os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo III, denominado Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, em que são informadas as medidas a serem adotadas pelo Poder Executivo caso venha a se concretizar.

Parágrafo único – Para os fins deste artigo, consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações presentes, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob controle do município.

Art. 7º - Os valores apresentados nos anexos de que tratam os artigos 5º e 6º estão em consonância com as regras estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, órgão do Ministério da Fazenda.

Art. 8º - A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º - A regra constante do *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros pactuados e em vigência.

Art. 9º - A mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária e a remeterá ao Executivo até o dia 12 de setembro de 2008.

§ 1º - Observado o Art. 24 desta Lei, no Programa 0001 - GESTÃO DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BAURU, dos recursos orçamentários previstos na Atividade 2005 - Apoio Prog. Gestão Sistema Adm. Câmara Municipal, ficam reservados R\$ 150.000,00, para serviços de digitalização dos arquivos e imagens da TV-Câmara.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

REF. LEI 5612/08

§ 2º - O Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até trinta dias antes do prazo fixado no *caput*, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2009, inclusive da receita corrente líquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo.

Art. 10 - A lei orçamentária conterà reservas de contingência para atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

Parágrafo único - A reserva de contingência de que trata o inciso II do *caput* será fixada em, no mínimo, 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

## **CAPÍTULO III**

Das disposições sobre alterações na legislação tributária

Art. 12 - O Executivo encaminhará ao Legislativo, quando preciso, projetos de lei propondo alterações na legislação, inclusive na que dispõe sobre tributos municipais, se necessárias à preservação do equilíbrio das contas públicas e à geração de recursos para investimentos ou, ainda, para a manutenção ou ampliação das atividades próprias do município.

Art. 13 - Todo o projeto de lei versando sobre concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverá atender ao disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, devendo ser instruído com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.

Parágrafo único - Não se sujeitam às regras do *caput* a simples homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente.

## **CAPÍTULO IV**

Das disposições relativas às despesas com pessoal

Art. 14 - Desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

- I. Concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;
- II. Admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º - Os aumentos de despesa de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

- I. Prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

REF. LEI 5612/08

II. Lei específica para as hipóteses previstas no inciso I do *caput*;

III. Observância da legislação vigente, no caso do inciso II.

§ 2º - Estão a salvo das regras contidas no parágrafo 1º a concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente homologatório.

§ 3º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal.

Art. 15 - Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o artigo 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situação de extrema gravidade, devidamente reconhecida pelo respectivo Chefe do Poder.

## **CAPÍTULO V**

Das orientações relativas à execução orçamentária

Art. 16 - Até trinta dias após a publicação da lei orçamentária, o Executivo estabelecerá metas bimestrais para a realização das receitas estimadas. Cada Órgão da Administração fica responsável em elaborar a sua respectiva estimativa.

§ 1º - Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receita capaz de comprometer a obtenção dos resultados nominal e primário fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, o Executivo e o Legislativo determinarão a limitação de empenho e movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados almejados.

§ 2º - Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas de educação, saúde e assistência social, e na compatibilização dos recursos vinculados.

§ 3º - Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e precatórios judiciais.

§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o artigo 31 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 5º - Na ocorrência de calamidade pública, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no artigo 65 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 17 - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo 16, parágrafo 1º, poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO

REF. LEI 5612/08

- Art. 18 - No mesmo prazo previsto no *caput* do artigo 16, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.
- § 1º - Integrarão a programação financeira as transferências financeiras do tesouro municipal para os órgãos da administração indireta e destes para o tesouro municipal.
- § 2º - O cronograma de que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário.
- § 3º - O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira e do cronograma de que trata este artigo, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 de cada mês.
- Art. 19 - Para atender o disposto no artigo 4º, I “e”, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências junto aos respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurarem os custos e resultados das ações e programas estabelecidos.
- § 1º - Os custos e resultados apurados serão apresentados em relatórios semestrais, que permanecerão à disposição da sociedade em geral e das instituições encarregadas do controle externo, especificando, por tipo de serviço prestado à comunidade, inclusive os de natureza administrativa, valores unitários e valores globais.
- § 2º - Os relatórios de que trata o parágrafo 1º conterão, ainda, avaliação dos resultados alcançados e sua comparação com as metas previstas para o período.
- Art. 20 - Na realização de ações de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que especificamente autorizada em lei municipal e sejam formalizados, por instrumentos pelo qual fique claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestação de contas.
- § 1º - No caso de transferências a pessoas físicas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei específica que tenha por finalidade a regulamentação pela quais essas transferências serão efetuadas, ainda que por meio de concessão de empréstimo ou financiamento.
- § 2º - A regra de que trata o *caput* aplica-se a transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro município.
- Art. 21 - Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e haja recursos orçamentários disponíveis.
- Parágrafo único - A cessão de funcionários para outras esferas de governo independem do cumprimento das exigências do *caput*, desde que não sejam admitidos para esse fim específico, salvo se para realizar atividades em que o município tenha responsabilidade solidária com outros entes da Federação, em especial nas áreas de educação, saúde e assistência social.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

REF. LEI 5612/08

Art. 22 - Para fins do disposto no artigo 16, parágrafo 3º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, consideram-se irrelevantes as despesas realizadas até o valor de R\$ 8.000,00, no caso de aquisições de bens ou prestação de serviços, e de R\$ 16.000,00, no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

## **CAPÍTULO VI**

Das disposições finais e transitórias

Art. 23 - Se a lei orçamentária não for publicada até o último dia do exercício de 2008, fica autorizada a realização das despesas até o limite mensal de um doze avos de cada programa da proposta original remetida ao Legislativo, enquanto a respectiva lei não for promulgada.

Parágrafo único - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 24 - Os programas e ações constantes na Lei 5324 de 28 de dezembro de 2005, que estabeleceu o Plano Plurianual do Município para o período 2006 a 2009, passam a ser os relacionados no anexo I para o exercício 2009, bem como as fontes de financiamento dos mesmos, conforme anexo IV.

Art. 25 - Fica o Poder Executivo, no decorrer do exercício 2009, executar transferências financeiras à Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural (EMDURB) para fins de cobertura de déficit operacional até o valor de R\$ 1.000.000,00.

Art. 26 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Bauru, 21 de julho de 2008.

**PROF. JOSÉ GUALBERTO TUGA MARTINS ANGERAMI**  
PREFEITO MUNICIPAL

**EMERSON SILVA RIBEIRO**  
SECRETÁRIO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

**MARCOS ROBERTO DA COSTA GARCIA**  
SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Projeto de iniciativa do  
PODER EXECUTIVO

Registrada no Departamento de Comunicação e Documentação da Prefeitura, na mesma data.

**ROBENILSON DE OLIVEIRA**  
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU

ESTADO DE SÃO PAULO

## ANEXO I

### Quadro 1

COMPARATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS - R\$			
ÓRGÃOS	DESPESAS	RECEITA	SUPERÁVIT/DÉFICIT
PREFEITURA	327.204.339,29	328.204.339,29	1.000.000,00
DAE	62.006.748,40	62.006.748,40	0,00
EMDURB	17.209.400,00	16.209.400,00	(1.000.000,00)
FUNPREV	23.313.773,67	57.561.028,00	34.247.254,33
TOTAL	429.734.261,36	463.981.515,69	34.247.254,33
COHAB	7.228.603,20		

### Quadro 2

DESPESAS POR CATEGORIA - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU - R\$					
LOCAL	PESSOAL	CUSTEIO	DÍVIDAS	INVESTIMENTOS	TOTAL
Encargos	0,00	6.930.000,00	38.551.000,00	0,00	45.481.000,00
Gabinete	7.373.279,68	1.148.720,32	0,00	0,00	8.522.000,00
Administração	3.709.788,75	19.034.885,55	0,00	0,00	22.744.674,30
Educação	48.009.828,58	30.423.171,42	0,00	11.200.000,00	89.633.000,00
Finanças	4.425.409,05	884.690,95	0,00	0,00	5.310.100,00
Saúde	56.417.544,66	24.079.578,18	0,00	134.000,00	80.631.122,84
Jurídico	4.564.527,52	291.972,48	0,00	0,00	4.856.500,00
Obras	10.749.812,77	4.550.987,23	0,00	4.762.000,00	20.062.800,00
Seplan	2.648.664,92	96.335,08	0,00	0,00	2.745.000,00
Sebes	2.900.224,26	10.349.775,74	0,00	0,00	13.250.000,00
Semma	5.347.197,25	12.108.802,75	0,00	466.000,00	17.922.000,00
Semel	1.564.556,60	753.208,74	0,00	85.080,80	2.402.846,14
Cultura	2.625.674,97	1.349.325,03	0,00	0,00	3.975.000,00
Sear	367.348,62	112.651,38	0,00	0,00	480.000,00
Agricultura	592.229,28	669.756,08	0,00	57.170,22	1.319.155,58
Desenvolvimento	504.218,54	614.921,89	0,00	10.000,00	1.129.140,43
Total Prefeitura	151.800.305,47	113.398.782,80	38.551.000,00	16.714.251,02	320.464.339,30
PERCENTUAL	47,37%	35,39%	12,03%	5,22%	100,00%
CÂMARA					6.740.000,00
EMDURB					1.000.000,00
TOTAL GERAL					328.204.339,30